



Grupo Parlamentar

Intervenção proferida na Sessão Parlamentar de Fevereiro de 2003

A agricultura regional vive momentos de alguma desorientação motivada pela falta de objectivos e de metas claras, consubstanciados na definição de políticas devidamente estruturadas, com um adequado suporte financeiro, indicadoras do caminho a seguir.

O sector pecuário começa a ficar estrangulado. Por um lado, pelas limitações quantitativas à produção de leite e pela anunciada tendência para o abaixamento do preço do leite; pelas dificuldades de escoamento e pelos baixos preços da carne. Por outro lado, aumentam as exigências de qualidade dos produtos e crescem os custos de produção. Não são precisos grandes estudos económicos para se perceber que os rendimentos dos produtores têm vindo a emagrecer.

Nunca como agora foi tão necessário atender à racionalização das explorações, promover o seu redimensionamento, por forma a que se obtenham economias nos custos de produção e qualidade nos produtos.

Porém, as melhorias estruturais não avançam com a velocidade desejada, designadamente no que respeita às medidas de emparcelamento, de instalação de redes de abastecimento de água e de electricidade e do melhoramento das vias de acesso às explorações, infra-estruturas sem as quais será muito difícil conseguir os propósitos atrás indicados.

A produção de leite açoriana enfrenta agora as consequências de, na oportunidade criada pela Agenda 2000, os Governos Socialistas, da República e Regional, não terem preparado cuidadosamente a discussão do sector leiteiro e sensibilizado a Comissão Europeia para a essencialidade da questão da quota leiteira para o país em geral e, muito em particular, para os Açores.

Conseguiu-se *à posteriori*, é certo, a solução transitória de subtrair à quota nacional o auto consumo dos Açores. Foi útil para evitar o pagamento de multas até ao momento presente, mas, como está à vista, não resolveu a questão de fundo da produção leiteira açoriana, ou seja –



Grupo Parlamentar

adequar a quota distribuída nos Açores ao potencial produtivo da Região e às suas necessidades de desenvolvimento.

Depois de muitas hesitações, e com um discurso que ora incentiva a produção, como em Janeiro de 2002, quando o Secretário Regional da Agricultura declarava publicamente - “Se em 2002 a produção continuar a baixar, é óbvio que eu não me dirijo a Bruxelas para negociar o aumento de quota. ...Os senhores lavradores têm de decidir o que querem.” – ora a desincentiva, agitando o espectro da multa, como vem agora o mesmo Secretário dizer, numa entrevista que concedeu recentemente ao jornal “Açoriano Oriental”, que os produtores que ultrapassarem a quota serão penalizados “... sem que o Estado ou o Governo Regional tenham qualquer contemplação”. Logo depois, o Presidente do Governo vem restituir a esperança aos produtores com excesso de produção, afirmando que, à semelhança do que garantiu o primeiro-ministro italiano, o Governo Regional poderá também pagar parte das multas.

A tudo isto, primeiro confusos, finalmente descrentes, assistem os nossos produtores, interrogando-se sobre o que lhes reserva o futuro.

E em todo este processo, parece esquecer-se:

- Que não se pode caminhar com avanços e recuos, numa incerteza permanente sobre o futuro.
- Que o sector leiteiro tem uma enorme importância na economia da Região e para a formação do seu PIB e que, por essa razão, se o volume da produção baixar, a Região sofrerá um retrocesso no seu objectivo de convergência para os padrões económicos e sociais da Europa.
- Que as produções que hoje se verificam não apareceram por acaso. São o resultado de políticas de desenvolvimento delineadas há muito e de muitos anos de investimento financeiro e técnico na melhoria da genética e do maneio animal, no melhoramento das pastagens e da produção forrageira, e que não podem ser sustidas de um momento para o outro.
- Que também não é o abate das “vacas de refugo”, conforme espera o senhor Secretário Regional, que irá contribuir para sustentar a produção de

leite. Se assim fosse, na sequência do abate de 15.000 vacas que ocorreu no ano transacto, a produção de leite, em vez de subir como se verifica actualmente, teria baixado.

- Que foram as políticas de desenvolvimento estrutural e de mercados da União Europeia, suportadas pelos fundos comunitários, que contribuíram de forma determinante para o *status quo* que hoje existe.

- Que os Açores precisam de uma quota que permita, no respeito pelo ambiente e pela paisagem rural, satisfazer o seu potencial produtivo, para usufruir das mais valias que resultam da sua vocação natural para a produção de leite e das suas vantagens comparativas neste sector.

- Finalmente, parece também esquecer-se que a situação que se vive tem vindo a desenhar-se desde meados da década de 90 sem que os governos socialistas, da Região e da República, tenham conseguido soluções adequadas e definitivas junto das instâncias comunitárias, ou, na sua falta, promovido qualquer reestruturação do sector..

Para nós, os produtores não poderão ser penalizados. Se o forem, é preciso que fique claro que isso será a consequência de nada se ter feito quando esteve aberta a oportunidade para isso.

Agora fala-se com insistência na necessidade de alternativas à produção de leite.

Na entrevista que referimos, o senhor Secretário Regional afirma que “... as pessoas têm de perceber é que vão ter de diversificar as suas explorações.”, “...temos de encontrar alternativas...”. O senhor Secretário Regional, contudo, não dá qualquer indicação onde poderão estar essas alternativas. Diz a este respeito apenas que “...se calhar, o crescimento do sector da carne é uma saída.”

Continua-se a esquecer que:

- Qualquer produção agrícola para se constituir como alternativa tem de ter dimensão e ser minimamente compensadora para os produtores. Para isso, é necessário investigar, experimentar, orientar e estimular os produtores e ter o mercado organizado, coisas que não acontecem nem parecerem estar nas preocupações do Governo Regional.

- Temos assistido nos últimos anos ao declínio paulatino de muitas produções agrícolas, designadamente, em São Miguel, a chicória, a beterraba e o tabaco e que sectores como o horto-frutícola, por falta de tradição e sobretudo de organização da produção, não se constituem como alternativa válida, com a dimensão e competitividade suficientes, para substituir a produção pecuária.

- No que respeita à carne, ela não pode ser uma alternativa apenas “...se calhar...”, conforme afirma o senhor Secretário Regional. A conversão da expedição de gado vivo em expedição de carne tem que ser um objectivo a prosseguir, o que implica experimentação, prospecção dos mercados, desenvolvimento tecnológico, e um mercado organizado, e estas são tarefas que competem ao Governo Regional das quais ele se vem sistematicamente demitindo. Não é apenas anunciando a “carne dos Açores”, que o problema se resolve.

Continuando a referir a entrevista concedida ao Açoriano Oriental, o senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas afirmou a sua convicção de que “...os nossos lavradores vivem bem.”, “...acho mesmo que os lavradores hoje têm bons rendimentos.”, disse.

Uma tal convicção poderá ser a explicação para a pouca preocupação com a salvaguarda dos rendimentos dos agricultores que o Governo Regional socialista parece manifestar. Poderá ser também a justificação de medidas recentemente adoptadas, como sejam a diminuição dos plafonds de acesso ao gasóleo agrícola e a substituição da ajuda ao transporte dos adubos por ajudas directas aos produtores, mais limitadas quantitativamente. Esta última medida é responsável pela subida generalizada dos preços dos fertilizantes e, também pela diferenciação dos seus preços de ilha para ilha.

Se tivermos em conta os encabeçamentos médios das nossas explorações pecuárias, que, sem outras compensações, não podem diminuir de um dia para o outro, será muito difícil reduzir os níveis de fertilização que vêm sendo praticados. Entrar-se-ia numa situação de carestia forrageira que poderia por em causa a viabilidade técnica e económica das explorações. Em conclusão, poderá dizer-se que a medida agora adoptada, não sendo acompanhada de outras que facilitem o recurso a outros meios de fertilização, traduzir-se-á, com certeza, apenas



Grupo Parlamentar

em mais um agravamento dos custos de produção e, conseqüentemente, dos rendimentos dos produtores.

A entrevista dada pelo senhor Secretário Regional conseguiu passar para a opinião pública, sobretudo aquela menos relacionada com o sector agrícola, a imagem de que os produtores desta Região, vivendo bem, não fazem outra coisa senão queixar-se. Prestou-se assim um mau serviço aos agricultores açorianos.

Para terminar: o senhor Secretário Regional, a dado passo da mencionada entrevista afirma - “Penso que hoje, o grande problema da agricultura está mais na sua burocratização.”

Por estas palavras do senhor Secretário Regional poderá concluir-se que podemos estar descansados. Afinal, os problemas da Agricultura residem na burocratização. O resto,... são tudo questões de somenos importância!

Não, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados! Não é esta a nossa perspectiva!

O futuro da agricultura dos Açores e dos seus produtores preocupam-nos.

É na produção de leite que os Açores encontraram a sua melhor vocação agrícola, conseguindo um assinalável grau de eficiência e de especialização. É um capital que não pode ser desperdiçado.

O sector tem que ser repensado à luz das novas realidades.

As quotas leiteiras desempenham aqui um papel fundamental. Perdemos a oportunidade da sua revisão aquando da Agenda 2000. Mas, é preciso não perder de vista que o seu ajustamento à realidade produtiva açoriana continua a ser indispensável.

Reduzir os níveis de produção já atingidos será, na nossa opinião, um inadmissível recuo. Esperemos que não aconteça.



Grupo Parlamentar

Horta, Sala das Sessões, 18 de Fevereiro de 2003

Luís Sequeira de Medeiros